
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROFESSOR DE APOIO

INCLUSIVE EDUCATION AND SUPPORTING TEACHER

Adriana Ferreira da Silva⁹
Lillian Oliveira Fernandes Carvalho¹⁰

RESUMO

A pesquisa refere-se ao processo de inclusão e o papel do professor de apoio, destacando que a educação inclusiva articula a ampliação do acesso a educação básica garantindo o ingresso dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola comum. Tornando necessário refletir e conhecer a base legal sobre a atuação do professor de apoio na sala de aula, considerando que essa situação envolve uma alteração na dinâmica da sala de aula e a prática pedagógica. Contudo o estudo bibliográfico evidencia o conceito de aceitação da diversidade exigida no desenvolvimento da educação inclusiva, que implica em uma nova concepção de organização escolar.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Professor de apoio.

ABSTRACT

The research is about the inclusion process and the role of the support teacher, highlighting that inclusive education articulates the expansion of access to basic education ensuring the entry of students with special educational needs in the common school. Making it necessary to reflect and know the legal basis on the performance of the support teacher in the classroom, considering that this situation involves a change in the dynamics of the classroom and pedagogical practice. However, the bibliographic study highlights the concept of acceptance of the diversity required in the development of inclusive education, which implies a new conception of school organization.

Keywords: Education. Inclusion. Supportive teacher.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como tema O processo de inclusão e o professor de apoio, considerando que a formação e aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores, haja visto, que o acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos.

A respeito das perspectivas da educação inclusiva busca se compreender através da ótica social, cultural e institucional a relação que o contexto educativo tem apresentado diante

⁹ Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias sociales, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG. Pós graduada em Psicopedagogia e Educação Infantil, Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial pela Universidade Candido Mendes. (adriana.ferreira.d@hotmail.com).

¹⁰ Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias sociales, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás- UEG. Pós-graduada em Gestão Educacional pela Universidade Estadual de Goiás- UEG, Especialização em Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Delta. (adriana.ferreira.d@hotmail.com).

ao processo de inclusão. Contudo a implementação das leis tem favorecido a inclusão educacional, assim como tem despertado as buscas pelos direitos através das políticas educacionais.

Assim diante da necessidade da inclusão escolar um novo formato de ensino aprendizagem tem sido alcançado no cenário atual da educação, no qual envolve inúmeras pessoas, nesse caso com destaque ao professor de apoio.

No entanto, há com isso a necessidade da formação dos professores, a especialização torna-se indispensável nesse caso, assim como a necessidade de novas práticas educativas, práticas que consideram as diversidades dos alunos, nesse cenário que exige a participação de todos e faz parte da atualidade.

Sabe-se que a educação tem passado por inúmeras mudanças, felizmente em diferentes momentos históricos, tornando cada vez mais democrática a prática escolar, porém esse paradigma ainda está em construção, essa nova perspectiva que faz parte do acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais na escola faz com que a educação torne inclusiva, onde o principal objetivo é consolidar uma sociedade mais justa.

Voltando a atenção para o ambiente escolar, nota-se que esse local se caracteriza por ser criador de um importante grupo social, que em algumas vezes sugere a exclusão, esses grupos possuem suas próprias características e ocupa um papel significativo na sociedade. Contudo existe a necessidade de uma mudança nesse cenário, a escola é um local de transmissão de conhecimento e dar os primeiros passos em favor da socialização e interação entre as pessoas.

O ambiente escolar se destaca ainda por ser um local de troca de saberes, de diversas cultura e de diversidades, é sobretudo lugar apropriado para conhecer e aprender novas tradições e modos de vida diferentes, assim a escola deve promover a aprendizagem e ensinar o respeito as diversidades.

Historicamente, a educação inclusiva é um movimento mundial fundamentado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, tendo por objetivo eliminar a discriminação e a exclusão, para garantir o direito à igualdade de oportunidades e à diferença, transformando o sistema de ensino, de modo a propiciar a participação de todos os alunos, essa afirmação é evidenciada na Declaração de ICHEON:

Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza. Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida. (DECLARAÇÃO DE INCHEON, 2020 p. 01)

A ação pedagógica, nesse contexto, é pautada em práticas democráticas, inclusivas que perpassam a simples atividade de repassar conhecimentos científicos. Estão pautados na amplitude de relações entre conhecimentos científicos, culturais, sociais visando a inclusão de todos respeitando as peculiaridades de cada um.

Esta pesquisa bibliográfica, tem como objetivo analisar o papel do professor de apoio na educação inclusiva como agente mediador nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, ressaltando a necessidade da parceria entre professor regente, professor de apoio e escola e, ao mesmo tempo, considerando a política de inclusão como algo além da permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa bibliográfica realizou-se a partir da análise de materiais publicados na literatura e artigos científicos divulgados, sendo assim, a fundamentação teórica baseou-se nas ideias e concepções de autores como: Tartuci e Werneck, bem como, nos documentos do âmbito legal, sendo eles: Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca, Declaração de Incheon, BNCC- Base Nacional Comum Curricular-LDB 9.394/96, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Resolução CNE/CEB nº 2, Resolução nº 7, dentre outros.

1 A EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo fontes históricas, a educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solitária, segregadas e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa. Mais tarde, nos Estados Unidos e Canadá, surgiram os primeiros programas para prover atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação dessa parcela da população, até então marginalizada e abandonada pela sociedade. (BRASIL, 2006).

Em decorrência dos avanços científicos, as causas e origem das deficiências foram investigadas e esclarecidas na segunda metade do século XX, rompendo assim com a visão mítica e maniqueísta entre o bem e o mal, aos poucos foram sendo criadas novas maneiras de ver e conceber o as dificuldades que o homem possuía.

Embora esses avanços tenham colaborado para a compreensão da deficiência como condição humana e expressão da diversidade entre os homens e natureza, os preconceitos sempre existiram de maneira pungente, oscilando entre a patologia como inerente ao indivíduo e ao ambiente.

Pautada na necessidade de identificar para combater as várias formas de exclusão ainda presentes em nossa sociedade, na literatura do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) pode se encontrar a seguinte consideração:

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015).

Vislumbrando a prática do movimento a favor da educação inclusiva, que já era vivenciada no Brasil e que ganhou força a partir da década de 90, era fundamental o amparo legal, favorecendo os excluídos que a partir dessa década começaram a obter espaço e notoriedade nos documentos oficiais brasileiros regulamentando-a. A inclusão das pessoas com deficiência na escola e na sociedade foi concretizada por meio de leis federais, estaduais e municipais.

A Lei Nº13.146, de 6 de julho de 2015-Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) evidencia em um de seus artigos, o objetivo de garantir condições de igualdade possibilitando a inclusão e acesso aos direitos das liberdades fundamentais. No artigo 1º, o Estatuto da Pessoa com Deficiência cita:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

Na perspectiva de que a educação representa um importante alicerce no combate à exclusão e reconhecendo seu importante papel no processo de garantia de direitos fundamentais, a Declaração de Incheon traz a seguinte afirmativa:

[...] Comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiência, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás. (INCHEON, 2020).

Esse conceito, lembra Werneck (1997), quando afirma acreditar na responsabilidade das escolas em se adaptarem às necessidades dos alunos, exigindo uma ruptura com o modelo tradicional de ensino.

Nesse contexto, sistemas educacionais bem-sucedidos são aqueles que têm suportes didáticos adequados, instalações acessíveis e profissionais especializados. Sendo assim, escola inclusiva é aquela ligada à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência.

Contudo os princípios da educação inclusiva precisam ser analisados e refletidos no âmbito do processo ensino aprendizagem. Onde serão sistematizados conceitos relevantes sobre sua atuação, ressaltando os benefícios que a educação inclusiva ocasiona a todos, aos alunos, família e escola. Sendo assim:

Os benefícios dos arranjos inclusivos são múltiplos para todos os envolvidos com as escolas – todos os alunos, professores e a sociedade. A facilitação programática e sustentadora da inclusão na organização e nos processos das escolas e das salas de aula é um fator decisivo no sucesso. (KATAGIANNIS, 1990, p. 22).

O sucesso depende do papel que a escola executa e de um conjunto de fatores que envolve toda a comunidade escolar. A educação inclusiva aparece como uma sugestão plausível a prática educacional inclusiva, a mudança na forma de consolidar o ensino e o currículo são itens mais que necessário nessa ação.

Através dessa ótica surge a reflexão sobre a formação do professor de apoio durante o processo de inclusão, são inúmeros desafios que a escola enfrenta diante dessa realidade. Não sendo uma tarefa fácil manter todos os direitos do aluno. Durante a história humana houve diversas transformações sociais, hoje pode ser destacado no mundo moderno os direitos a educação, além da grande diversidade que pertence a ela.

A inclusão é uma conquista da cidadania, que aos poucos vem sendo moldada, como qualquer conquista não foi alcançada de um dia para o outro, e que todos independentemente de sua função do seu lugar na sociedade possuem um importante papel nessa ação. Porém a sociedade busca incansavelmente tomar posse de seus direitos.

A escola responsável pela aprendizagem do aluno também deve estar preparando para lidar com as particularidades de seus alunos e promover a inclusão, incluindo os alunos com dificuldades de aprendizagem e promovendo o desenvolvimento dos mesmos. A formação do professor passa com isso a ser indispensável, devendo ele compreender cada uma das dificuldades intelectuais e físicas que seu aluno pode apresentar. A respeito dessa preparação do professor:

Ao avaliarmos o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida. Além disso, podemos afirmar que existe um grande descrédito sobre a capacidade do aluno especial se desenvolver e agir de forma autônoma (GOFFMAN, 1988; GLAT, 1998).

Tanto o professor regente quanto o de apoio devem estar preparados, essa preparação acontece através de sua formação, e os habilita a trabalhar com o aluno da inclusão, esse profissional passa a acreditar na capacidade de seus alunos ao aprimorar suas práticas educativas, o intuito é de incentivar e tornar o educando mais autônomo.

Nesse aspecto não se pode falar de educação inclusiva sem falar da formação do professor, que tem nesse contexto se tornado cada vez mais indispensável. Atribuindo ao professor a tarefa de conhecer de perto cada caso que os seus alunos podem apresentar. Para tanto o profissional em formação deve buscar maneiras de inovar diante das dificuldades que possam surgir no cotidiano escolar.

Portando a uma necessidade de mudanças no cenário educacional, em que se espera uma postura inovadora do professor, que deve se tornar crítico e reflexivo diante da questão da inclusão, e consiga alcançar o respeito das diferenças e que sejam garantidos o convívio e a aprendizagem dos alunos.

2.1 Alguns conceitos importantes da escola inclusiva

Como foram de favorecer a construção de uma escola inclusiva, faz-se necessário observar determinadas condições elencadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência:

- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva. (BRASIL, 2015).

No intuito de colaborar com a realidade da educação inclusiva, a Declaração de Incheon-2015 destaca a relevância de determinados aspectos como:

Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiência; (e) água potável; Elaboração do currículo conforme a avaliação dos interesses, habilidades e necessidades dos educandos. (INCHEON, 2020).

Nesse contexto, constata-se que a política de inclusão articula a ampliação do acesso da educação básica e educação para todos ao movimento de expansão dos processos de escolarização. Contudo incluir não é apenas garantir o ingresso dos estudantes com necessidades educacionais especiais na escola comum, é criar condições para que o estudante permaneça e vivencie um processo educacional de qualidade (TARTUCI, 2005).

As Diretrizes da Educação Especial preveem serviços de apoio pedagógico especializados, em sala de classe comum, através da atuação colaborativa do professor especializado em educação especial, de professores intérpretes, do professor regente e de outros profissionais itinerantes além de outros apoios que são necessários a aprendizagem, a locomoção e a comunicação, bem como serviços de apoios especializados em sala de recursos (BRASIL, 2015).

Considerando a necessidade de um trabalho que possibilite de fato a inclusão, torna-se relevante ponderar alguns serviços, tais como: o trabalho de professores de apoio nas salas

de aula comuns em que os estudantes com necessidades educacionais especiais encontram-se matriculados, professores de salas de recursos, professores intérpretes e salas de recursos multifuncionais, dentre outros aspectos visando atender recomendações presentes no Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPC) de 2015.

Em relação aos serviços de apoio pedagógico especializados realizados em processo de inclusão, a Resolução n.º 7, de 2006 do CEE do estado de Goiás, dispõe que se dará mediante:

A atuação de professores de recurso, especializados ou capacitados, que subsidiem e orientem a atividade pedagógica de unidades escolares, bem como para os professores regentes, os professores de apoio, os intérpretes, os instrutores e os professores que atuem em escolas especiais e salas de recursos; Atuação de professor de apoio em sala; Atuação de intérprete e de instrutor para LIBRAS; Atuação de equipe multiprofissional: psicólogo educacional, fonoaudiólogo educacional e assistente social. (RESOLUÇÃO CEE N. 07, 2006, p. 5).

Desse modo, a inclusão pressupõe uma ação articulada de atuação de profissionais, ou seja, é prevista uma rede de apoio e outros agentes educacionais. E, em relação, a atuação do professor de apoio a Resolução n.º 7, no item VIII, prevê que:

§ 1º O professor de apoio das escolas em processo de inclusão deve atuar em sala de aula, atendendo alunos com necessidades especiais que necessitem de apoios ou serviços intensos e contínuos para o acompanhamento das atividades curriculares; § 2º O professor de apoio das escolas inclusivas deve atuar de forma integrada com o professor regente da sala de aula à qual está lotado, participando ativamente do planejamento e de todas as atividades desenvolvidas nas séries de sua atuação. (RESOLUÇÃO CEE N. 07, 2006, p. 5).

E, reafirma ainda no Art. 22:

Para a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser previstos e providos pela mantenedora, pública ou particular, quando necessário e de acordo com a legislação pertinente, os serviços de apoio por: [...] IV – Professor de apoio permanente em sala de aula quando a deficiência verificada exigir. (RESOLUÇÃO CEE N. 07. 2006, p. 7).

Assim, entende-se que a atuação permanente do professor de apoio em sala de aula não está prevista para todos os casos, mas quando a deficiência exigir.

Na resolução que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica no § 2º do Art. 18, os professores especializados em educação especial devem:

Desenvolver competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 5).

Assim, no intuito de discutir a atuação do professor de apoio em relação aos estudantes com necessidades educacionais especiais, é válido afirmar que este professor veio complementar o trabalho do professor regente e ao ter o papel de reconhecer as necessidades educacionais especiais e definir e implementar respostas educativas para estas necessidades passa a ser um elemento fundamental no processo de inclusão destes estudantes, porque além do papel de definir deverá criar condições de aprendizagem através de práticas educativas alternativas.

2.1.1. Concebendo a educação inclusiva.

A educação inclusiva ainda é um desafio, um tema que merece atenção, nota-se que cenário atual da educação inclusiva no país reflete uma certa complexidade, isso porque o contexto social apresenta um histórico compromissado com a luta por melhorias de vida e na qualidade da educação, e que ainda parece não ter chegado ao fim.

A sociedade brasileira possui características heterogêneas, além de serem cercada de desafios, sejam eles sociais, financeiros entre outros, são levados para a sala de aula, essas mesmas necessidades buscam ser solucionada, por professores, pelas famílias e pela própria escola.

É preciso que a escola seja financiada adequadamente, isso pode manter o nível esperado de aprendizagem e o atendimento da inclusão, esse processo tem acontecido lentamente, e com isso os alunos podem estar sendo desvalorizados enquanto esses recursos não chegam nas instituições.

Sabendo que as lutas travadas pela sociedade são inúmeras e acontecem diariamente e incansavelmente. A própria gestão escolar tem buscado recursos juntos aos alunos e professores que tem seus direitos algumas vezes negados, isso acontece infelizmente por diversos motivos.

Durante esse intenso processo os professores devem articular suas ações de modo reflexivo e relaciona-los tanto a teoria quanto a prática através de recursos e ações pedagógicas aprendidas durante sua formação e especialização para trabalhar com o aluno da inclusão.

Contudo a escola possui um papel social que é de promover diante de tantas diversidades o conhecimento, a interdisciplinaridade e a democratização que envolve a valorização do aluno. Fazendo parte da formação do professor aprender a valorizar toda

diversidade encontrada no âmbito escolar e não desistir de nenhum de seus alunos, tornando a aprendizagem possível.

A inclusão escolar e o trabalho do professor de apoio dependem das estratégias de planejamento das atividades, diz respeito também ao conhecimento pré-concebido e o trabalho em equipe de profissionais da educação. Atribuindo a esses aspectos uma grande relação com a formulação e reflexão a respeito do trabalho da inclusão educacional, são eles ainda responsável por discutir e formular ações que favoreçam a educação inclusiva.

Com isso a formação do professor complementa e lhes capacita a fornecer uma aprendizagem através do funcionalismo reproduzido diante das necessidades dos alunos da educação inclusiva, sobre os conteúdos trabalhados pelos professores;

A inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdo sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas exatamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não as possuam, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira (BUENO. 1999, p. 18).

Portanto a educação inclusiva proporciona e modifica a prática educacional, formulando novas técnicas de aprendizagem para o aluno da inclusão. A precariedade já existente e o desejo pela inclusão educacional estão relacionados intrinsecamente pelo desejo de melhorias na educação do país e no mundo.

A formação do professor é indispensável principalmente quando se trata de consolidar a educação inclusiva, através dessa ação acontece a promoção e desenvolvimento do aluno, o professor aprende a lidar com as diferenças a partir da preparação que deve acontecer durante sua formação acadêmica e depois através de especializações.

Assim o professor poderá oferecer e preparar em sua prática educacional maneiras de estabelecer uma aprendizagem eficaz que favoreça o aluno com dificuldades educacionais, colaborando assim com desenvolvimento e formação dele.

Para concluir o conceito de inclusão ainda é um tem que necessita de reflexão, onde deve ser criada fortes discussões de forma que tais aspectos como; ideológicos, sociais, das políticas públicas e de valores culturais sejam repensados. E que os direitos adquiridos e o respeito sejam mútuos.

Contudo a educação inclusiva tem dado um grande passo em suas conquistas na educação brasileira, a vivência do aluno com dificuldades de aprendizagem na escola regular contribui com o desenvolvimento pessoal e cognitivo, a introdução de conceitos ligados ao

respeito e a convivência em grupo pode gerar uma grande aprendizagem de como conviver em sociedade respeitando as diferenças o que pode fazer um grande a todos os envolvidos.

A interação e socialização é uma forte maneira de contribuir com o desenvolvimento do aluno de forma geral. A comunidade escolar pode aprender muito com o trabalho inclusivo, e a luta por essa conquista é de todos, e somente através da conscientização de uma sociedade que ela pode se tornar mais justa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto até aqui, é possível constatar que a educação inclusiva deve englobar todos os indivíduos, independentemente de sua condição, pois todos têm direito a aprender e a se desenvolver em qualquer escola, a qual deve respeitar as diferenças, limites e facilidades de cada estudante. Por essa razão, é preciso estruturar as escolas para facilitar que as políticas inclusivas sejam seguidas e caracterizar o papel de cada profissional no processo de inclusão.

A escola, no entanto, possui o compromisso de promover e reproduzir valores, como o respeito as diferenças, que são consolidados através do convívio social. O respeito a diferença é um conceito que tem revelado ser primordial para a efetivação de melhorias na sociedade e na formação de um mundo mais justo com menos desigualdades e menos problemas sociais. Porém, é válido destacar que ainda hoje é possível verificar em alguns casos relações conflitantes, pois o fato de dois professores atuarem juntos em um mesmo espaço é muitas vezes motivo de críticas de ambos os lados e, o aluno se torna cada vez mais do professor de apoio do que de fato um aluno incluído no espaço escolar.

Dessa forma, o professor regente, o professor de apoio e a escola devem trabalhar em conjunto, mantendo suas funções, uma vez que, o professor regente é o responsável pela formação e aprendizado de toda a turma; o professor de apoio é um agente mediador do desenvolvimento e aprendizado do aluno com necessidades especiais, sendo um profissional que presta atendimento educacional especializado ao aluno que necessita de auxílio e mediação e auxilia o professor regente e a equipe técnico-pedagógica da escola no trabalho com estes alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 de Set. de 2020.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 06/05/2020.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala: 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em: 28 de Ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 27 de Ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 27 de Ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Inclusão: Revista de Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/MEC. Brasília, V. 4, jan./jun. 2008.

BRASIL. DECLARAÇÃO DE INCHEON EDUCAÇÃO 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos, 2015, Incheon-Coreia do Sul. Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/educacao-2030.pdf>. Acesso em 03 de Set. de 2020.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999. Acesso em 25 de Ago. de 2020.

GOIÁS. Proposta de Escola Inclusiva para Pessoas com Necessidades Educacionais na Rede Regular de Ensino-Novembro/1999. Goiânia: SUPEE/SEC, 1999.

GOIÁS. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Portal da SEESP – Secretaria da Educação Especial. Acesso em 24 de Ago. de 2020.

GOIÁS. Resolução CEE N. 07 de 15/12/2006. Estabelece Normas e Parâmetros para a Educação Inclusiva e Educação Especial no Sistema Educativo de Goiás. Conselho Estadual de Educação de Goiás. 2006. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2016-02/res_cee_nr_07_de_15_dezembro_2006.pdf. Acesso em: 25 de Ago. de 2020.

GOFFMAN, E. Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

TARTUCI, Dulcéria. Re-significando o "ser professora": discursos e práticas na educação de surdos. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/195757/TARTUCI%20Dulc%20005%20%28Tese%29%20UNIMEP.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 03 de Out. de 2020.

TARTUCI, Dulcéria. A Inclusão das Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil In: 9º Encontro em Educação da Anped -Centro-Oeste, 2008, Taguatinga-DF. 9º Encontro em Educação da ANPED - Centro-Oeste. Taguatinga-DF: UCB, 2008. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-inclusao-alunos-com-necessidades-especiais-no-ensino-regular.htm>. Acesso em: 3 de Out. de 2020.

WERNECK, C. Ninguém vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva. – Rio de Janeiro: WVA Ed, 1997.

Enviado em: 11/12/2020.

Aceito em: 25/01/2021.

REEDUC
REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO